

Falta um plano estratégico para o Brasil

» PAULO R. FELDMANN
Professor da Faculdade de Economia e Administração da USP



O mundo assiste a mudanças estruturais que modificam o cenário e a importância relativa dos países. As transformações são tão grandes e rápidas que muitos ainda estão atônitos com a velocidade com que a China se transformou na segunda potência mundial e com a União Soviética, que era a grande força dos anos 1970 e 1980, e deixou de existir quase que na mesma velocidade. Poucos imaginavam que a Índia e a Coreia do Sul pudessem ter um papel protagonista tão relevante como ambas têm hoje. Um exame mais acurado de todos os casos de sucesso e fracasso nos mostrará que por trás de tudo está a forma como essas nações souberam lidar com o tema da inovação e com a competência que tiveram para desenvolver seus respectivos planos estratégicos de longo prazo que normalmente denominamos por aqui de políticas industriais. Ou seja, o sucesso das nações é consequência das mesmas serem competentes na criação de um ambiente que estimule suas respectivas empresas a serem inovadoras.

A verdade é que o novo paradigma da competição é baseado na capacidade dos países e de suas respectivas empresas de inovar. A onda de inovações que assola o mundo ainda se encontra em um estágio primário de desenvolvimento e muito há por acontecer em áreas como biotecnologia, genética, ciências da vida etc. O Brasil tem muito a ver com essas novas áreas tecnológicas e que serão as mais importantes do século 21. Isso por conta da nossa riqueza decorrente da biodiversidade da Floresta Amazônica. Significa que há uma brecha que pode ser aproveitada por nosso país mas, para isso, precisamos ter capacidade de inovação e principalmente um plano, ou seja uma política industrial voltada para aqueles segmentos. Por exemplo, se somos um dos países mais bem dotados em termos de exposição solar, por que não podemos ser uma po-

tência na fabricação de coletores solares e outros equipamentos ligados a essa nova forma de energia? Por que não houve um plano do governo para isso?

Só com uma clara política industrial será possível estimular as empresas brasileiras a investirem em pesquisa e desenvolvimento, e aqui estamos, falando de todas as áreas onde a tecnologia e a inovação se transformaram em assuntos vitais. A falta de explicitação dessas políticas atemoriza as empresas nos seus projetos de longo prazo e inibe o surgimento das inovações que geram competitividade.

Há décadas, temos sido um importante produtor e exportador de commodities. Mas apenas isso, e aí é que está boa parte dos nossos problemas atuais, pois não temos nenhum controle sobre os preços

dessas commodities e sua queda constante nos últimos 4 anos nos gerou dificuldades imensas na nossa balança de pagamentos. O Brasil já perdeu a corrida da inovação e da tecnologia diversas vezes no passado: somos um grande fabricante de automóveis, mas não temos uma única montadora de automóveis brasileira; somos um dos maiores usuários de computadores do mundo mas não temos nenhuma empresa de projeção mundial nas áreas de hardware ou software. Em outras palavras não detemos tecnologia ou know how justamente em áreas em que ou somos um grande fabricante ou somos um dos maiores usuários.

Desta vez temos tudo para despontar como uma potência principalmente na área de biotecnologia, mas para isso temos

que agir logo. Não somos contra o mercado, mas este é um assunto que se deixarmos para o mercado resolver, a solução não passará pelas empresas brasileiras. O governo brasileiro precisa rever urgentemente tanto sua política de ciência e tecnologia como a política industrial à luz dos temas que serão importantes daqui para frente. Infelizmente a questão tecnológica e a geração de inovações não têm sido tratadas com a devida importância em nosso país. Nossos economistas preferem lidar com variáveis como déficit público, desvalorização cambial, política de juros ou ajustes fiscais, mas raramente falam da necessidade de reduzir o enorme atraso tecnológico. Talvez por isso, ao longo desses anos todos só tenhamos conseguido avançar como grandes produtores de commodities

Carlota Joaquina e o Ministério das Raízes

» ADRIANA KORTLANDT-GRANDIN
Psicóloga clínica e escritora

Narra a lenda que Carlota Joaquina, esposa de Dom João VI e Rainha Consorte do Reino do Brasil, ao embarcar no porto do Rio de Janeiro, voltando definitivamente para Portugal, tirou os sapatos, atirando-os ao mar. Nem nos calçados quero como lembrança a terra do maldito Brasil, teria ela dito nesse ensejo. Todo esse repúdio não a impediu de, juntamente com sua comitiva, partir com aproximadamente 50 milhões de cruzados roubados do Banco do Brasil, país de negros e macacos — citando apenas mais um entre tantos impropérios pelos quais ficou famosa.

Próxima cena. Jornalista brasileira tem ataque de fúria após os resultados das eleições de 2014. Vou embora para Orlando, morar com meu pai, sou rica, muito bem sucedida (...) vocês são burros e vão continuar na merda! Por entre este e tantos outros palavrões continuou destilando ira contra seu país e seu povo. Parece que não foi embora morar com papai.

Não gostar do que se passa em seu país é um direito, criticá-lo também. Aliás, é um dever. Só com um bom exercício crítico, podemos melhorar o que há. Abominar a terra natal, entretanto, é dar um tiro no pé, mais exatamente, nas próprias

raízes! Por onde navegamos, não importa a mídia, brasileiras e brasileiros não poupam superlativos abissais para definir seu país.

Cenas esparsas de nosso cotidiano: Tratamento de beleza xxx, fórmula francesa. Se é ou não, pouco importa, mas a palavra francesa valoriza o produto. País mais corrupto do mundo. Campeão mundial de estupro. Esse país não presta. O Brasil não é um país sério, só no jeitinho.

Por esses e outros comentários depreciados permanentemente nossa auto estima. Verificar se o que estamos a afirmar é ou não verdade parece não importar muito. Exemplo, corrupção. Em lista divulgada pela Organização das Nações Unidas (ONU), o Brasil aparece em 76º lugar em 167 países. Não é de se orgulhar, precisamos melhorar, e muito. Mas, definitivamente, não é o mais corrupto.

Não se trata aqui de tentar minimizar crimes, dizendo que o outro é pior, mas, sim, refletir sobre a nossa necessidade de pintar o quadro da própria cultura muito mais tenebroso do que realmente seja. A pá de cal vem quando associamos a isso o racismo positivo em relação ao estrangeiro, a tendência de valorizar por se o que vem do

exterior, principalmente do dito primeiro mundo. Eu mesma estudei psicologia na Alemanha. Ninguém no Brasil jamais me perguntou se o curso foi bom. Fica subentendido no olhar de admiração.

O sociólogo Gilberto Vasconcellos chamaria isso de “síndrome de caramuru”, fenômeno de observar o estrangeiro, principalmente norte-americano e europeu, com encantamento e temor. O fato de, no passado recente, no primeiro mundo, duas guerras mundiais e genocídios terem acontecido no espaço de apenas 31 anos parece não ter maculado em nada a opinião apriorística sobre a Europa como exemplo de civilidade.

De onde vem essa cultura da autosegregação? Uma possível pista vem da minha própria infância, na década de 1970. Quando criança, aprendi na escola que os índios eram muito preguiçosos e não queriam trabalhar como escravos para os portugueses, por isso trouxeram os africanos. Mas, aí veio a miscigenação. Somos todos mestiços. Mesmo sendo majoritariamente miscigenados, chegamos mesmo a organizar o Movimento Eugénico Brasileiro, ideologia de ampla penetração em revistas e jornais do país no início do século 20.



ARI CUNHA

DESDE 1960

VISTO, LIDO E OUVIDO

aricunha@dabr.com.br
com Circe Cunha // circecunha.dfg@dabr.com.br

Os aposentados merecem nosso respeito

Com a crise econômica empurrando todo o sistema previdenciário brasileiro para a beira do abismo, fica cada vez mais difícil explicar aos 21 milhões de aposentados, principalmente àqueles que recebem o piso dos benefícios (R\$ 880), decisões como a tomada pelo Supremo Tribunal Federal, que considerou inconstitucional a chamada desaposentação.

Para os cerca de 9 milhões que recebem também até o valor limite (R\$ 5.189,82), a decisão do Supremo é controversa. Apenas o governo tem motivos para comemorar o entendimento da Corte, já que o sistema caminha, a passos largos, para a insolvência. Para os quase 200 mil beneficiários que retornaram à ativa e entraram com processo na Justiça pedindo a revisão dos benefícios, a situação ainda carece de mais entendimento, embora muitos acreditem que terão de devolver os novos valores recebidos.

A questão básica que se apresenta para o grosso dos aposentados é que o Supremo tenha se debruçado com afincos sobre uma questão menor, que é a desaposentação, e tenha deixado de examinar, no mesmo contexto, situações muito mais sérias e injustas que afetam o sistema previdenciário. Nesse sentido, como explicar a quem trabalhou mais de 30 anos, recolhendo mensalmente para a Previdência parte de seus proventos e, ao fim da vida, receba valor muito aquém do necessário para sobreviver com dignidade? Essa situação de penúria ganha ainda contornos mais kafkanianos, quando o aposentado é informado que três de cada quatro juízes brasileiros recebem remuneração acima do teto constitucional. Como explicar ao segurado que 10.765 juízes, desembargadores e ministros do STJ recebem vencimentos superiores ao teto de R\$ 33.763.763? Como explicar que apenas os agentes da Justiça não são alcançados pela lei?

Para os milhões de aposentados que ocupam a parte inferior da pirâmide do sistema, soa quase como escárnio o fato de muitos políticos se aposentarem após oito anos de contribuição. Absolutamente, todos os aposentados que voltaram a trabalhar e contribuir com a Previdência pleiteiam a revisão dos valores porque sentem no dia a dia que os benefícios pagos, há muito, deixaram de cobrir as despesas mensais. Muitos aposentados gastam tudo o que recebem apenas com remédios e despesas médicas. Está dado o parecer. Por 7 x 4, o Supremo Tribunal Federal decidiu que o aposentado que resolve voltar a trabalhar não tem direito à correção dos valores com base nas novas contribuições para a Previdência Social. Para a maioria dos pensionistas, soa estranho que os tribunais se ocupem em cassar reajustes de benefícios, com a devida contrapartida de desconto, de quem ganha menos, enquanto faz vista grossa para distorções escandalosas de concessão de benesses para um pequeno grupo de privilegiados dos três Poderes.

»» A frase que foi pronunciada

“Meu conselho é que se case. Se você arrumar uma boa esposa, será feliz; se arrumar uma esposa ruim, tornar-se-á um filósofo.”

Sócrates

Passus

» Estamos muito longe de ser um país livre de corrupção. O Ministério Público da União informou que apenas três casos em 100 são resolvidos.

Sem contrapartida

» Um total de R\$ 94,7 bilhões em impostos e contribuições foi arrecadado apenas em setembro. Melhor seria que a Receita Federal anunciasse a contrapartida dada aos brasileiros que suaram para esse dinheiro chegar até a União.

TST

» Conversando com Renyr Figuerêdo Corrêa, da

Biblioteca do TRT, recebemos o convite para a próxima atividade. Funcionários e família participam de várias iniciativas da seção para enaltecimento do valor da leitura. Desde palestras divertidas sobre a origem do livro, até a emoção dos cantadores e o efeito T-Bone, de Luiz Amorim. Tudo é razão para ler.

Aborrecimento

» Serviço Mais Saúde, da Editora Abril, é uma das irritantes parcerias misteriosas. Ao preencher cadastros ou informações pessoais, esse serviço invade sua privacidade, ligando para seu celular nas horas mais impróprias do dia. O número registrado no Bina é 061 992799259. Ao ligar, cai justamente na Claro. Um abuso.

»» História de Brasília

Os mais sentimentais acham que o defeito na vista esquerda, com as últimas operações, tinha se transformado em câncer, e o presidente estaria tomando morfina, para minorar o sofrimento. Foi num destes momentos a sua decisão. (Publicado em 16/9/1961)